

# LAZER E USO PÚBLICO NO ENTONO E NA RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ/RJ

**Marcia Conceição Ferreira<sup>1</sup>, Eduardo Ferreira<sup>2</sup>, Monika Richter<sup>3</sup> & Mauro Guimarães<sup>3</sup>**

*1. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFRRJ, Discente do Curso de Turismo; 2. Graduando de Turismo, Bacharelado UFRRJ/IM e Pesquisador de Iniciação Científica pelo CNPQ; 3 Professores do Departamento de Educação e Sociedade UFRRJ/IM.*

Palavras-chave: Reserva Biológica do Tinguá, Lazer, Uso Público, Impacto Ambiental.

## Introdução

A Reserva Biológica do Tinguá, criada pelo Decreto nº 97.780 de 23 de maio de 1989, localiza-se no Estado do Rio de Janeiro e abrange quatro municípios: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Petrópolis e Miguel Pereira. Segundo dados do Plano de Manejo, a Rebio-Tinguá ocupa uma área de 26.260 hectares. A Reserva representa 6% do total de área protegida do estado, sendo uma das mais importantes dentro do bioma de Mata Atlântica. Esta Unidade de Conservação (UC) pertence à categoria de proteção integral, a mais restritiva em termos de uso. Tem por objetivo principal, a preservação do relevante fragmento de Floresta Atlântica e seu uso só pode ocorrer para fins educacionais e de pesquisa mediante autorização prévia (Lei Federal 9.985/00, Art. 10). Além disso, em março de 1991, a Rebio-Tinguá foi reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera. Atualmente, a falta de áreas de lazer dentro ou próxima à Baixada Fluminense, faz com que os moradores da região procurem a área da Reserva como opção de lazer. Outras, como as praias da zona sul e oeste do município do Rio de Janeiro ficam distantes e onerosas para a maioria da população desta região, ou seja, a Rebio-Tinguá vem sendo há anos a forma de lazer de parte desses moradores. Diante do exposto, o presente trabalho, teve o intuito de identificar o perfil dos visitantes dessas localidades no entorno da REBIO Tinguá, bem como algumas dentro da própria UC, buscar compreender suas motivações, os impactos causados pelo uso e analisar como percebem a relação com este espaço protegido.

## Material e Métodos

Para a elaboração do presente artigo foram consultadas diversas fontes bibliográficas entre artigos, teses, dissertações, livros, capítulos de livros e outros. A pesquisa baseou-se no estudo dos conceitos de UCs, lazer, uso público em UCs e conflitos de uso público.

Na segunda etapa foram realizados trabalhos de campo no período entre janeiro e maio deste ano, sendo o primeiro para reconhecimento e observação participante e os outros três para aplicação de questionários e entrevistas. Após, foram realizados o processamento e a análise dos dados levantados. Até o presente momento foram aplicados 24 questionários, buscando identificar quatro diferentes eixos temáticos: conhecimento a respeito da REBIO do Tinguá, sobre a dinâmica do uso da Reserva, sobre a percepção ambiental da mesma e por fim o perfil dos entrevistados.

## Resultados e Discussão

A partir das pesquisas de campo realizadas na região, ficou claro o uso predatório dos recursos e localidades do entorno da REBIO. A aplicação de questionários, assim como as entrevistas realizadas, contribuíram para identificar as atividades e impactos decorrentes praticadas pelos visitantes, tais como poluição do local por meio de lixo e “oferendas” religiosas, pichação nas rochas, bem como a construção de barragens artificiais e realização de fogueiras com seixos retirados do rio, além da abertura indiscriminada de trilhas. Além disso, ficou clara a falta de entendimento por parte dos entrevistados sobre o que é uma Unidade de Conservação, suas categorias, o que é permitido ou não. São poucos os que sabem que ali é uma Reserva, e mesmo os que sabem, não compreendem o que é uma Reserva Biológica, quais são as suas

restrições de uso e os objetivos de criação. Segundo funcionários da CEDAE e a funcionária de uma pousada da comunidade de Jaceruba, o fluxo dentro da reserva, na parte do Cachoeirão (nome dado pelos funcionários), chega a 1000 pessoas por dia. A fala de alguns visitantes mais antigos, deixa claro que se nada for feito, o bairro de Jaceruba vai degradar de forma rápida e talvez irreversível, a exemplo do que se observa em Rio D'Ouro.

### Conclusão

A partir das visitas a campo e entrevistas com a população que se encontrava no local, percebeu-se que a Reserva, vem há anos sendo a opção mais viável de lazer para um número considerável de pessoas, tanto dos municípios da Baixada como do Rio de Janeiro. A partir das análises de campo, observou-se que no verão o fluxo de visitantes em Jaceruba é significativo, principalmente a parte externa da reserva, onde os próprios moradores represam a água formando piscinas naturais, porém em função desta alta demanda, há também o registro de pessoas dentro da UC. Salienta-se que a Reserva é de uso restrito, não permitindo nenhum tipo de interferência humana no se interior, mesmo que seja para apreciar a beleza cênica do lugar. Por outro lado, não se pode esquecer as demandas da sociedade, essas pessoas precisam de áreas de lazer. O entorno da Reserva poderia ser aproveitado para o lazer da população, que o mesmo fosse feito de forma consciente, dentro de um planejamento adequado ao entorno da Unidade e tendo maior participação do poder público local frente a essas demandas.

### Referências Bibliográficas

- ARRUDA, R. **“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.** Ambiente e Sociedade – Ano II. n. 5, 2º semestre, 1999.
- BRITO, D. M. C. Conflitos em unidades de conservação. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP.** n.1, Dez 2008. Disponível em:  
<<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/10/n1Daguinete.pdf>> Acesso em 20/02/15
- FREIRE, E. S.; LEMOS, L. O. Uso público no parque nacional do Itatiaia. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, Agosto, 2014. **Anais ...** Vitória/ES: Associação dos geógrafos brasileiros.
- GOMES, C. L. Verbete Lazer – Concepções. In: GOMES, CHRISTIANNE L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer.** Belo Horizonte: Autêntica. Editora, 2004. p. 119-126.
- GOMES, C. M. e DANTAS, S. **Lazer.** v. 1, Rio de Janeiro: Fundação. CECIERJ, Cons. Cederj, 2012.
- LEUZINGER, M. D. Uso Público em Unidades de Conservação. In: **Congresso de Direito Ambiental da PUC-RIO,** Rio de Janeiro, 1. 19 p. 2010
- TUAN, YU-FU. **Espaço e Lugar – A Perspectiva da Experiência** – Tradução Livia de Oliveira, Prof. Adjunta do Depto. de Geografia – UNESP – Rio Claro, SP. 1983, 250p.
- VIVACQUA, M. e VIEIRA, P. F. Conflitos socioambientais em unidades de conservação. **Política e Sociedade.** n. 7, p. 139 -162, out. 2005.